



-----ATA nº03/2021-----

----- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e trinta minutos, na Casa de Artes e Cultura do Tejo, em Vila Velha de Ródão, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia; -----
 - 2- Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2021; -----
 - 3-Apreciação, discussão e eventual aprovação de Despesas de Representação de Dirigente Intermédio de 2.º Grau, em regime de substituição; -----
 - 4-Apreciação, discussão e eventual aprovação de designação de Júri para procedimento concursal de Dirigente Intermédio de 2º Grau; -----
 - 5-Apreciação, discussão e eventual aprovação da não aceitação da transferência de competências no âmbito da Ação Social; -----
 - 6-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento Municipal de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias; -----
 - 7-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos; -----
 - 8-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----
 - 9-Outros assuntos de interesse para o Município; -----
 - 10-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;-----
- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e em seguida procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta do membro Luis Manuel Machado Brito Coutinho

Dias, tendo este justificado a sua ausência e solicitada a sua substituição, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal, tendo assim estado presente o membro José Paulo dos Reis Dias.-----

---- Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, ficando disponível para eventual consulta.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação as Atas da sessão ordinária realizada em 26/02/2021 e da Sessão extraordinária realizada em 25/04/2021, previamente remetidas a todos os membros e da qual, conforme deliberado na sessão de 22/12/2017, foi dispensada a leitura, tendo ambas, após votação, sido aprovadas por maioria, com 2 (duas) abstenções dos membros, Carlos Alberto da Silva Gonçalves e José Paulo dos Reis Dias, por não terem estado presentes nessas sessões.-----

----**1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:**-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a entrada neste ponto de uma Moção apresentada pela bancada da Coligação "Novo Rumo", sobre a qualidade da água e o impacto da eutrofização, tendo sido aprovada por unanimidade a sua entrada, pelo que passou a ler a mesma, que aqui se dá por transcrita e anexa à presente ata.-----

---- O membro Fernando Roma questionou qual era o incremento a nível nacional que o Estudo referido nesta Moção tinha em relação ao Rio Pônsul, ao que o membro Paulo Roberto respondeu que não tinham essa informação.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que, segundo entendia, a recomendação que era pedida nesta Moção era que a Câmara Municipal intercedesse junto da Comunidade Intermunicipal sobre este assunto.-----



----O membro Ricardo Morgado, começou por cumprimentar todos os presentes, dando em seguida conhecimento de uma informação emanada pelo Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, em abril de 2020, explicativa sobre a planta "azola", a sua proveniência e proliferação, sublinhando que se tratava de algumas questões de ordem técnica e que o Ministério, na altura, disse que se a situação se verifica-se procederia ou desenvolveria os trâmites necessários para a recolha desta planta, o que não se verificou porque ela desapareceu por si, e entretanto, este ano, voltou a acontecer. Continuou referindo-se à informação atrás referenciada, que na sequência do aparecimento desta planta na Albufeira de Cedilho, fora estabelecido contato com a Confederação Hidrográfica do Tejo em Espanha, dando nota da importância da implementação urgente das medidas de controlo, disponibilizando-se a APA a colaborar nas ações a implementar. Terminou dizendo que esta era uma situação que parece complexa mas estava mais que identificada.-

----O membro Paulo Roberto, começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que independentemente da proveniência do problema o que era pedido neste documento era para que a Câmara Municipal intercede-se junto da Comunidade Intermunicipal ou da Confederação Hidrográfica de Espanha para tentar identificar quem eram os causadores desta poluição. -----

----Não havendo mais intervenções foi esta Moção colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a entrada neste ponto de uma Moção apresentada pela bancada do Partido Socialista sobre Coesão ou Litoralização, tendo sido aprovada por unanimidade a sua entrada, pelo que passou a ler a mesma, que aqui se dá por transcrita e anexa à presente ata. -----

---- O membro Carlos Gonçalves, começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que a questão da coesão e muito particularmente a diferença entre os territórios do interior e do litoral era uma questão que se arrasta há séculos e concordava plenamente que era um dos grandes problemas de Portugal. Era um problema grave, porque quando um país fazia o ordenamento do território deveria ter em causa todo o território e não deveria ter prioridades apenas para algumas zonas do país. Na sua opinião esta Moção tocava um ponto forte, era verdade que o IC31 foi uma promessa eleitoral, mas as promessas tinham o problema de criarem expectativas e era verdade que só se comprometiam aqueles que nelas acreditam, mas esta era na realidade uma promessa que tinha muita importância para todo o interior do país e que abrangia todos os municípios da Beira Baixa e do Alto Alentejo e era algo fundamental e uma ligação útil, não só para esta região, mas para o país. As medidas que têm sido tomadas para a descentralização e para a coesão territorial, muitas vezes são discursos, são projetos, são grupos de trabalho, mas depois no plano legislativo as coisas não corriam bem. Em relação à "bazuca", verificava-se que o Plano de Recuperação e Resiliência não ia ao encontro das verdadeiras necessidades dos portugueses, ou seja, que estas verbas fossem bem repartidas por todos os setores e áreas de forma proporcional para que fossem bem e claramente aplicadas, mas era da opinião que uma vez mais se iria perder uma grande oportunidade e o IC31 era disso um exemplo. Com o aproximar das eleições autárquicas, o Governo até poderia corrigir em sede do Orçamento de Estado esta questão do IC31, mas o que ficava desta situação era que numa medida transversal para o futuro desta região do centro interior, fez-se uma promessa que não foi cumprida quando houve uma clara oportunidade para que se concretizasse e isto



penalizava claramente a região e o país. Recordando em seguida o Governo que em 2004 decidiu deslocalizar alguns ministérios e na altura houve uma elite da nossa capital que não levou isso a sério e criticou e isto era a prova como alguma elite que aparentemente em Portugal pensa o país a partir da cidade de Lisboa e de outros grandes centros e esquecem-se que este país era muito mais do que isso. Mas ainda era mais grave quando alguns elementos provenientes dos nossos territórios e quando estavam noutros lugares, aparentemente, esqueciam-se da sua proveniência e por isso, a bancada da Coligação "Novo Rumo" iria votar a favor desta Moção. Um ponto que lhe parecia fundamental era de que nós não tínhamos um peso político necessário para inverter este tipo de situação e tinha que se pensar bem na chamada reforma do sistema político, porque com a desertificação que está a ocorrer nos concelhos do interior e com as regras impostas, nomeadamente ao número de deputados a eleger pelos diversos ciclos eleitorais, arriscávamo-nos a qualquer dia a não ter representantes, ou seja, o peso que nós temos em conjunto para defender os interesses dos territórios do interior era cada vez menor e não tinha dúvidas que a decisão da "bazuca" e do IC31 teve a ver com a falta de peso político e na falta de políticas para que aja coesão territorial. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal reiterou que, pessoalmente, como autarca do interior, a falta de peso político não lhe retirava em nada a indignação e dava-lhe ainda mais força para dizer aquilo que pensava e cada vez mais alto, lançando a todos este desafio, porque enquanto tivermos esta resiliência e esta força, podiam não nos ouvir, mas seríamos incomodativos e continuávamos a defender os interesses das nossa gentes. -----

----Não havendo mais intervenções foi esta Moção colocada a

votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---- O membro Carlos Gonçalves deixou uma palavra de pesar sobre o falecimento do Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Doutor António Almeida Henriques, do qual era amigo e tinha uma grande admiração pessoal e era alguém que, como político, como deputado, como membro do Governo e como autarca, teve um trabalho notável para dar voz e visibilidade ao interior de Portugal.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que, certamente, todos os membros deste Órgão corroborariam esse lamento pela perda de um grande autarca.-----

---- **2- Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2021;**-----

---- O membro Fernando Roma solicitou mais informação do porquê desta alteração.-----

---- O membro Paulo Roberto disse que se em algumas das últimas sessões solicitara explicações sobre os documentos apresentados por estes não estarem muito bem elegíveis, hoje deixava uma palavra de apreço a quem elaborou os documentos porque existia uma informação cabal e perfeitamente perceptível sobre as modificações propostas. -

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo em seguida que, este ano, a Autarquia estava limitada à apresentação dos documentos naquilo que era a formatação oficial dos mesmos e muitas vezes isso não permitia apresentá-los com uma elegibilidade como gostaria e como se justificaria e com a transição para a nova contabilidade da administração pública, a SNC-AP, permitia uma leitura diferente, Resumindo em seguida a informação que estava inscrita nos documentos apresentados.-----

---- Não havendo mais intervenções e após votação, foi aprovada por



maioria com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) abstenções, dos membros, Carlos Alberto Silva Gonçalves, Júlia Cristina Marchão Ceia, Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto e José Paulo dos Reis Dias, em conformidade com a alínea a) do n.º1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, com um reforço de 555.000,00€ (quinhentos e cinquenta e cinco mil euros) e uma diminuição de 58.500,00€ (cinquenta e oito mil e quinhentos euros), a 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de Despesa, com um aumento de 553.500,00€ (quinhentos e cinquenta e três mil e quinhentos euros) e uma diminuição de 57.000,00€ (cinquenta e sete mil euros), a 3.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos com um reforço de 500.000,00€ (quinhentos mil euros) e a 2.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, com um reforço de 64.500,00€ (sessenta e quatro mil e quinhentos euros) e uma diminuição de 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros). Em anos seguintes foi inscrito o valor de 61.500,00€ (sessenta e um mil e quinhentos euros) no Orçamento da Receita, no Orçamento de Despesa foi inscrito o valor de 116.500,00€ (cento e dezasseis mil e quinhentos euros) e diminuído o valor de 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros), no Plano Plurianual de Investimentos a alteração foi no valor de 65.000,00€ (sessenta e cinco mil euros) e no Plano de Atividades Municipais foi inscrito o valor de 61.500,00€ (sessenta e um mil e quinhentos euros). -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----3-Apreciação, discussão e eventual aprovação de Despesas de Representação de Dirigente Intermédio de 2.º Grau, em regime de substituição; -----

----Não havendo intervenções e após votação, a Assembleia

Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada na Reunião desse Órgão realizada em 16/04/2021, deliberou por unanimidade, em conformidade com o artigo 24º da Lei n.º49/2012, de 29 de junho, aprovar a atribuição de despesas de representação de Dirigente Intermédio de 2º Grau, em Regime de Substituição, sendo o valor mensal das mesmas de 195,37€ (cento e noventa e cinco euros e trinta e sete cêntimos), valor este atualizado através do Decreto-Lei n.º10-B/2020, de 20 de março.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- 4-Apreciação, discussão e eventual aprovação de designação de Júri para procedimento concursal de Dirigente Intermédio de 2º Grau;-----

---- Não havendo intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada na Reunião desse Órgão realizada em 16/04/2021, deliberou por unanimidade, em conformidade com o n.º 1, do artigo 13º da Lei n.º49/2012, de 29 de junho, aprovar que a composição do júri para o procedimento concursal destinado ao recrutamento de um dirigente intermédio de 2.º grau - Chefe de Divisão - para a Divisão de Obras Urbanismo e Ambiente, seja a seguinte:-----

---- Presidente: Luís Alfredo Cardoso Resende, Diretor de Departamento na Câmara Municipal de Castelo Branco;-----

---- Vogais efetivos: Pedro dos Santos Dias, Chefe de Divisão na Câmara Municipal de Castelo Branco e Fernanda Maria Ferreira da Silva Neves, Chefe de Divisão na Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão.-----

---- Vogal Suplente: Francisco José Alveirinho Correia, Diretor de Departamento na Câmara Municipal de Castelo Branco.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----



----5-Apreciação, discussão e eventual aprovação da não aceitação da transferência de competências no âmbito da Ação Social; -----

----Não havendo intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, no seguimento da proposta aprovada na reunião da Câmara Municipal realizada em 01/04/2021, deliberou, por unanimidade, em conformidade com o disposto no n.º2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º55/2020, de 12 de agosto, a não aceitação, no ano de 2021, da transferência de competências no âmbito da Ação Social, porque, apesar de já terem sido publicadas as portarias regulamentadoras dessas transferências, não são ainda conhecidas as condições financeiras que acompanharão as transferências de competências referidas, uma vez que o mapa ainda não foi publicado e o Município não se encontrar adaptado, nomeadamente no que se refere aos seus recursos humanos e técnicos, para assumir, de imediato aquelas competências, necessitando de algum tempo para proceder à sua adaptação. -----

----Deverá ainda ser comunicada a decisão de não aceitação à Direção Geral das Autarquias Locais, nos prazos previstos na Lei para o efeito. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----6-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento Municipal de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias; -----

----O membro Carlos Gonçalves questionou se o Senhor Presidente da Câmara Municipal poderia dar mais informação sobre os contributos atribuídos ao abrigo deste Regulamento e as pessoas que eventualmente foram apoiadas ao longo dos anos, nomeadamente quais os montantes e o resultado em termos práticos para a fixação de famílias, abrangendo essa informação todas as freguesias do concelho. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que, para a Autarquia, este era um instrumento extremamente importante para o concelho e quando foi pensado não foi pensado por freguesia, ou seja, não havia apoios diferenciados por freguesia. Tem sido fundamental e havia vários testemunhos de pessoas que se fixaram em Vila Velha de Ródão tendo em atenção a política da Autarquia em subsidiar a fixação de pessoas, salientando que um dos apoios mais relevante e que têm feito a diferença, era o pagamento de apoio à creche. Tem vindo a crescer quer o apoio das pessoas que beneficiam desta componente quer o do apoio à aquisição e recuperação de habitações e o mesmo se passava em relação ao arrendamento e tendo em conta a importância destes subsídios foram feitas as alterações aqui propostas que, de alguma forma, vêm reforçar os valores a atribuir pela Câmara Municipal, salientando, o apoio à aquisição de habitação constituído por dois escalões, as pessoas até aos trinta e cinco anos têm um apoio maior e com mais de trinta e seis anos tinham um apoio mais reduzido, para que de alguma forma permita reforçar junto dos mais jovens a decisão de escolher a aquisição de casa neste concelho. Nesta alteração era proposto o aumento da contribuição à compra de habitação de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) para 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros). O valor a participar na compra de terrenos para a construção também foi aumentado de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) para 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros). Na aquisição de uma casa degradada e para reconstruir, o apoio às pessoas até trinta e cinco anos de idade, passou de 3.000,00€ (três mil euros) para 4.000,00€ (quatro mil euros). Foi também criada um novo apoio, que era a aquisição e recuperação de imóveis em zonas classificadas nos Planos Municipais como de recuperação de casas degradadas, onde



esse valor subia de 4.000,00€ (quatro mil euros) para 4.500,00€ (quatro mil e quinhentos euros). Em relação às pessoas com mais de trinta e seis anos, o valor do apoio à aquisição de casa aumentou de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) para 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), na compra de terrenos para construção aumentou de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) para 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), na aquisição de casas degradadas aumentou de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) para 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros) e também foi reforçado o apoio para aquisição e recuperação de imóveis em zonas classificadas nos Planos Municipais como de recuperação de casas degradadas para 4.000,00€ (quatro mil euros). -----

----O membro Carlos Gonçalves disse compreender perfeitamente as alterações propostas, mas o território também era importante, compreendendo que agora não tivesse na posse dessa informação, mas achava pertinente e devido à importância deste Regulamento para a fixação de famílias e jovens, que na próxima sessão deste Órgão nos pudesse dizer quantas famílias e jovens, no âmbito deste Regulamento, beneficiaram destes apoios nas diferentes freguesias do Concelho. Mais disse que era fundamental perceber de que forma a fixação das pessoas estava a acontecer no concelho. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que tinha referido que este Regulamento se aplicava a todo o concelho e de momento não tinha informação do número de apoios concedidos, mas não teria qualquer problema em divulgar esses números porque até lhe era confortável divulgá-los porque eram dados que demonstravam a importância destes apoios, mas esses números também eram influenciados pelas opções pessoais das pessoas, ou seja, os instrumentos existem para apoiar todas as pessoas do concelho de

Vila Velha de Ródão.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que se era confortável dar essa informação até se poderia ter munido desses dados para os divulgar aqui hoje, mas poderia sempre dá-los na próxima sessão desta Assembleia Municipal. Mas o que queria dizer era o facto do investimento deste Município estar muito centrado na freguesia de Vila Velha de Ródão, como já aqui foi falado diversas vezes e, na sua opinião, esta tendência clara de investimento na sede de concelho tinha que ser contrariada. Se o Senhor Presidente do Executivo tinha números confortáveis nesta matéria, tanto melhor, porque achava que esta era uma medida importante e por isso a bancada da Coligação "Novo Rumo" iria votar a favor. Mas a questão fundamental não se pretendia em saber se alguém de outra freguesia deste território vinha residir para a sede de concelho, mas sim de alguém que venha morar para as Sarnadas de Ródão, para o Fratel ou para os Perais, porque estas freguesias esperavam e desesperavam por gente nova para que tenham futuro.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que era Presidente do Município há quase oito anos e no próximo mês de setembro teria oportunidade de prestar contas do seu trabalho e não teria dificuldade em fazê-lo, mas o membro Carlos Gonçalves estava neste Órgão há quase quatro anos e ainda não lhe tinha ouvido uma ideia, uma sugestão para um projeto, para uma concretização de uma medida para fixar as pessoas no concelho, para desenvolvê-lo e até para fixar as pessoas na freguesia a que pertence, lançando-lhe o desafio de reclamar um projeto que achasse estruturante para essa ou qualquer outra freguesia do concelho que cá estaria para analisá-lo e ver a viabilidade do mesmo, porque até hoje só lhe ouvira críticas e denegrir o trabalho que estava a ser feito,



desvalorizando o mesmo. -----

----O membro Carlos Gonçalves disse que perante esta intervenção, aparentemente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, só prestava esclarecimentos e contas à população de Vila Velha de Ródão no momento eleitoral. Na sua opinião, um presidente de Câmara tinha que prestar contas todos os dias aos munícipes e muito particularmente á Assembleia Municipal, mas ficara a saber que o seu horizonte politico eram apenas as eleições. Recordou que tinha terminado a sua anterior intervenção a falar dos pontos positivos deste Regulamento e o Senhor Presidente do executivo ficara desagrado por que lhe fizera uma pergunta para saber de que forma o Regulamento tinha permitido a fixação de famílias e de jovens nas quatro freguesias e o Senhor Presidente pelos vistos não gostou e até levantara a voz dizendo que ele em três anos e meio não propusera nada. Mais disse que já não era a primeira vez que dizia que os quatro membros da Assembleia Municipal da oposição que tinham o dever de apresentar propostas, não o Município, o Município geria e os quatro membros da oposição que não tinham funcionários, departamentos ou técnicos é que tinham que apresentar tudo. Mas concretamente sobre Sarnadas de Ródão, disse que se aqui houve um tema acalorado foi precisamente a questão do Centro de Dia de Sarnadas de Ródão em que o Executivo Municipal já nem sabia o que havia de fazer, tentaram encontrar uma solução à posteriori e até aprovaram aqui uma Moção apresentada pela bancada da Coligação "Novo Rumo". Mais disse que deveria lembrar-se de todas as freguesias naquilo que eram as políticas para o concelho e aquilo que esta bancada defendia era que o Município investisse e trabalha-se para as quatro freguesias. Mais disse que se a oposição elogiava o Regulamento e o Senhor Presidente da Câmara Municipal

fazia-lhe ataques diretamente, demonstrava, mais uma vez, uma certa fragilidade e não via qual a necessidade e objetivo de entrar em confronto direto com ele, bem como isso não resolvia os problemas de Sarnadas de Ródão e que o que o Senhor Presidente queria fazer com este tipo de atitude era escamotear a responsabilidade do investimento ser na freguesia de Vila Velha de Ródão e a freguesia de Sarnadas de Ródão era sempre esquecida.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que depois do membro Carlos Gonçalves se mostrar tão agastado com o tom da sua voz e terminar como terminou não tinha mais nada a dizer, mas estar aqui há quatro anos com esse tipo de discurso em que não dizia nada demonstrava que não tinha ideias e também não lia os documentos que a Câmara Municipal lhe enviava.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que, sobre esta matéria em concreto, o Senhor Presidente nunca a quis discutir, porque deveria estar feliz por esta bancada votar a favor, mas o senhor presidente não soube responder à questão que lhe tinha sido colocada e como tal, mostrou-se imediatamente agastado e entrou em debate direto com ele. Referiu mais uma vez que a questão que colocara era importante para ter uma noção daquilo que estava a ser tratado, por isso não compreendia como é que uma pergunta tão simples levasse a que o Senhor Presidente do Executivo entrasse num discurso de ataque à oposição, evocando inclusive que tinha que ser esta a apresentar as linhas de orientação do Município, quando por norma era o contrário. Mais disse que por vezes também era fundamental prestar contas, porque quando se prestava contas só em período eleitoral depois tinha-se alguma dificuldade em lidar com o contraditório na Assembleia Municipal e neste Órgão tinha que prestar contas em todas as sessões, mas aos munícipes era todos os



dias. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que não estava agastado e este membro é que o ficara e estava a repetir a mesma coisa sistematicamente. -----

---- O Presidente da Assembleia Municipal interveio dizendo que era do conhecimento geral que o Município e os seus autarcas prestavam contas diariamente aos munícipes, por isso achava que isso era uma falsa questão e compreendia que tenha sido uma figura de retórica parlamentar que fora utilizada. Mais disse que nunca ouvira o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizer que a bancada da oposição é que deveria propor, mas sim, que para além das críticas seria conveniente apresentar alternativas. Mais disse que este Regulamento abrangia todo o concelho e não era viável, nem nenhuma das bancadas tinha o direito de por um item neste documento limitando o apoio à fixação das pessoas em conformidade com a obrigação de irem morar neste ou naquele lugar. -----

----O membro Carlos Gonçalves disse que o Presidente da Assembleia Municipal, em relação a algumas matérias, acabara de responder, coisa que o Senhor Presidente do Executivo não o fizera. Em seguida lembrou que o que estava em discussão era a aprovação deste Regulamento e tinha dito que concordava com as alterações, que achava que este era um instrumento importante e que iriam votar a favor. Mais disse que a sua questão era no sentido de saber quantas pessoas é que usufruíram destes apoios para se fixarem nas várias freguesias e nunca dissera que tinha que ser imposto às pessoas que para terem direito aos mesmos tinham que ir morar para determinado sitio. -----

----Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, em conformidade com a alínea

g) do n.º1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, aprovar a 5ª *Alteração ao Regulamento Municipal de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias*, conforme o texto apresentado e aprovado na Reunião de Câmara realizada em 19/02/2021 e com a alteração ratificada em 16/04/2021, que fica arquivado e será rubricado pelos membros da mesa.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **7-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos;**-----

---- Não havendo intervenções e após votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, em conformidade com a alínea g) do n.º1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, aprovar a 1ª *Alteração ao Regulamento para Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Vila Velha de Ródão*, conforme o texto apresentado e aprovado na Reunião de Câmara realizada em 19/02/2021, que fica arquivado e será rubricado pelos membros da mesa.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **8- Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;**-----

---- Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira, reportada à data de 22 (vinte e dois) de abril, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 3.142.154,21€ (três milhões, cento e quarenta e dois mil, cento e cinquenta e quatro euros e vinte e um cêntimos), dos pagamentos efetuados de 1.875.444,77€ (um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos) e do saldo reportado a 22/04/2021



de 3.231.645,81€ (três milhões, duzentos e trinta e um mil, seiscentos e quarenta e cinco euros e oitenta e um cêntimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no valor de 349.680,53€ (trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta euros e cinquenta e três cêntimos), neste valor estão incluídos os vencimentos do mês de abril que irão ser pagos a 23/04/2021. -----

----No nº2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal complementou esta informação, dando nota do impacto que esta pandemia teve nos serviços camarários durante este período de confinamento, nomeadamente e em relação aos transportes escolares, teve que ser feito uma serie de ajustamentos dando nota dos mesmos. Na componente de apoio à família, durante o período em que as escolas tiveram fechadas, foi mantido o fornecimento de refeições às crianças do jardim de infância e do 1º ciclo que estavam em casa com a entrega das mesmas ao domicilio e foi mantido em funcionamento o jardim de infância do Agrupamento de Escolas para garantir que os filhos dos trabalhadores dos serviços essenciais pudessem usufruir desse espaço, com o devido acompanhamento pedagógico. Em relação ao Ginásio Municipal foram garantidas aulas on-line e também foi aproveitado para efetuar trabalhos de reparação e manutenção dos vários percursos pedestres do concelho.-

----O membro Ricardo Morgado disse corroborar com as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal no que se referia à parte desportiva, dizendo que os técnicos da Autarquia, nesta área,

estavam de parabéns pela dinâmica e trabalho durante esta fase de confinamento. Gostava também de ter mais alguma informação sobre o desenrolar do plano de vacinação no concelho. Questionou em seguida, na área da proteção civil, que tipo de investimento estava a ser feito para a limpeza dos terrenos que eram responsabilidade direta do Município e também qual a resposta dada pelos privados nesta matéria. Solicitou também mais informação sobre a obra de reabilitação e valorização da Ribeira do Enxarrique.-----

---- O membro Carlos Gonçalves, em relação à pandemia, disse que o concelho de Vila Velha de Ródão não tem tido uma gravidade pandémica como noutros territórios do país e independentemente disso, as medidas tomadas pelo Município surtiram efeito, aproveitando para felicitar a Autarquia por esse facto, nomeadamente quanto ao acompanhamento e vacinação da população, sobretudo às pessoas mais idosas. No entanto tudo isto era efémero, porque no contexto europeu existiam ainda países com situações complicadas e independentemente daquilo que fora feito e bem feito, tínhamos que continuar muito atentos e a melhor medida era a responsabilidade individual, porque todos deveriam estar empenhados nesta luta comum. Continuou, solicitando mais informação sobre a evolução das obras na estalagem, se havia prazos de conclusão e se a questão da pandemia teve ou não consequências nestes prazos.----

---- O membro Maria José Sobreira começou por cumprimentar todos os presentes e questionou se as obras da praia fluvial da Foz do Cibrão já estavam terminadas.-----

---- O membro Fernando Roma, referindo-se ao apoio ao comércio local no âmbito da pandemia, questionou se o alojamento local não deveria também estar inserido neste apoio.-----

---- O membro João Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Vila



Velha de Ródão, começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que como em tempos fora falado num passadiço à beira rio que ligaria a foz do Enxarrique à foz do Açafal, questionando assim se, no seguimento da obra de requalificação e valorização da Ribeira do Enxarrique, este passadiço não poderia ter sido contemplado nesta obra. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao membro Ricardo Morgado dizendo que em relação à situação pandémica no concelho, os casos verificados eram bem diferentes comparados com os verificados noutros concelhos do país, que poderá estar relacionado com a forma como a população seguiu as regras implementadas, à prevenção e à atuação quer da Autarquia, quer das IPSS's e das empresas em estreita articulação entre todos. Em relação à vacinação esta estava a decorrer bem e de acordo com o plano estipulado, nas instalações do CDRC, em V. V. Ródão e o Município em articulação com Direção Geral de Saúde e a Autoridade Local de Saúde do concelho e em conformidade com os agendamentos, garantia os transportes das pessoas. -----

----Quanto à prevenção dos incêndios, disse que se tem vindo a fazer ao longo dos últimos anos um reforço nos investimentos nesta área, fosse por ação direta das equipas do Município, ou por contratualização de empresas e também com a colaboração da CIMBB, estando-se a proceder à limpeza da rede secundária, algumas faixas primárias através de candidaturas feitas pela Comunidade Intermunicipal. Este ano a Autarquia estava a fazer pela primeira vez, mas seguramente iria continuar a fazer, a limpeza dos terrenos de privados que são notificados e alvo de coimas por incumprimento dessa limpeza e mesmo assim não o fazem, a Câmara Municipal substitui-se as esses privados e executa esse serviço, cobrando-

-lhes os custos deste serviço.-----

---- Quanto à Ribeira do Enxarrique, disse que era uma intervenção que financiada pela Agência Portuguesa do Ambiente e tinha uma complexidade de execução elevada, entretanto já houve uma empresa que apresentou uma proposta que estava em condições de ser aceite, pensando que até outubro a obra estará executada.-----

---- Em referência á questão colocada pelo membro Carlos Gonçalves, disse que as obras da estalagem eram uma obra privada e estavam a decorrer. A venda deste imóvel tinha tido por base o valor oferecido pelo mesmo e o investimento que seria feito e foi na análise das duas propostas apresentadas que este foi vendido. O investimento inicial proposto rondaria mais de 300.000,00€ (trezentos mil euros) a executar em cerca de ano e meio e segundo sabia, neste momento o investimento total estaria perto dos dois milhões de euros, salientando que o mesmo era extremamente importante para o concelho e estava a ser feito com capitais próprios do investidor.-----

---- Em relação à questão colocada pelo membro Maria José Sobreira, disse que a obra da Praia Fluvial da Foz do Cobreão estava praticamente terminada, faltando apenas proceder a algumas ligações elétricas.-----

---- Quanto à questão colocada pelo membro Fernando Roma, relembrou os apoios dados pela Câmara Municipal e aqui já falados na última sessão deste Órgão, nomeadamente aos taxistas e às atividades mais penalizadas que devido a esta situação, por imposição legal, estiveram fechadas. Em relação ao alojamento local, este setor não foi abrangido por estes apoios porque estes continuaram a ter clientes e não fazia sentido apoiar uma área de negócio que, apesar de ter tido algumas quebras, não fora tão penalizada em comparação



com os setores de negócio que estiveram fechados, sem trabalhar. --
----Em relação á questão colocada pelo membro João Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, disse que havia um conjunto de ideias para as zonas da foz das ribeiras do Enxarrique e do Açafal, passando também pelas intervenções que serão feitas nestas duas ribeiras e que irão sendo consolidadas à medida que essas intervenções forem executadas. -----

----**9-Outros assuntos de interesse para o Município;** -----

----O membro Julia Ceia começou por solicitar mais informação sobre o inicio das obras do edifício da GNR e reportou uma preocupação pelo estado degradado e perigosidade da estrada nacional 18, no troço entre esta vila e a localidade de Coxerros. --

----O membro Fernando Roma referiu-se uma vez mais ao problema das casas degradadas, dizendo que este era um assunto que já aqui vem falando á muitos anos, informando que em Sarnadas de Ródão, entre a Rua da Estalagem e a Rua da Torre, havia mais quatro casas degradadas a juntar aquelas que já existiam. Apesar de não saber se era viável, referiu que, à medida que as pessoas mais idosas iam desaparecendo das aldeias, perdia-se a informação dos donos das mesmas, sugerindo se não seria possível as Juntas de freguesia, voluntariamente, fizessem um levantamento dos contactos desses proprietários. -----

----O membro Miguel Fradique começou por cumprimentar todos os presentes, solicitando mais informação sobre o funcionamento da próxima época balnear no concelho. Em seguida, salientou que seria interessante fazer um *benchmarking* com os concelhos de baixa densidade do distrito e percebermos se nós fixamos mais ou menos pessoas do que os outros concelhos na mesma situação, sendo da opinião que as próprias freguesias poderiam fazer mais para fixar

as pessoas.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões colocadas pelo membro Júlia Ceia, dizendo que, em relação às obras no edifício da GNR, se dependesse da Autarquia as mesmas já estariam a decorrer, inclusive disponibilizou-se para financiar a obra e depois o Ministério da Administração Interna acertaria as contas com a Câmara Municipal, esperando que por parte deste Ministério resolva com a celeridade possível este processo. Em relação á Estrada Nacional 18, esta era da jurisdição das Infraestruturas de Portugal e como tal tinha a responsabilidade da sua conservação e a Autarquia tem insistido junto desta entidade para que resolva as várias situações nas vias abrangidas por este concelho sob a sua alçada.-----

---- Em relação à intervenção do membro Fernando Roma sobre as casas degradadas, disse que a Câmara Municipal tem vindo a trabalhar no sentido de resolver as várias situações, dando inclusive informação de alguns desses trabalhos. No que dizia respeito às casas que indicou iria passar essa informação aos serviços da Autarquia. No seguimento do sugerido, disse que a Autarquia tinha um conhecimento muito razoável dos proprietários dos imóveis, seja através dos respetivos contratos de fornecimento de água, quer pelo levantamento que se tem feito e também pela colaboração com as respetivas Juntas de Freguesia.-----

---- Respondendo ao membro Miguel Fradique e em relação às piscinas municipais, disse que, á semelhança do que fora implementado no ano passado iria-se proceder em conformidade com as regras que entretanto forem transmitidas pelas diversas entidades. No que dizia respeito à fixação de pessoas, disse que as Juntas de Freguesia têm colaborado com o Município, mas percebia que os



orçamentos destas era limitado e era difícil fazerem mais do que aquilo têm feito. -----

----O membro Ricardo Morgado disse que neste momento estavam a decorrer os Censos, assim a Autarquia em articulação com as Juntas de Freguesia e os recenseadores poderia ter aqui um instrumento muito importante e relevante para, de certa forma, dar aqui um contributo, nomeadamente na identificação das casa degradadas e na identificação das pessoas. -----

----O membro João Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, disse que segundo soubera, o Município adquirira um imóvel na parte baixa da Vila, conhecida como a "casa da D. Ivone", questionando qual o projeto previsto para aquele espaço. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu que o Executivo já tinha deliberado adquirir não só o imóvel referido, mas também todo o terreno envolvente e o mesmo foi feito para um fim específico que, neste momento, não sabia se se iria concretizar, mas de qualquer forma este imóvel, do ponto de vista arquitetónico e dos terrenos anexos bem como pelo valor pelo qual fora adquirido, vinha ao encontro do plano estratégico da Autarquia, podendo ter vários fins, caso o que estava previsto não se concretizasse. -----

----Continuou, referindo-se ao tema da CENTROLIVA, informando que no seguimento da inspeção feita à empresa no dia 04/11/2020, pela Direção Geral da Energia na sequência de um conjunto de exigências e diligências que a Autarquia fez chegar a esta entidade e que envolveu além desta, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a Agência Portuguesa do Ambiente e a CCDRC e estranhamente, a Câmara Municipal, tendo sido a entidade que mais impulsionou e exigiu a realização desta vistoria e tendo também responsabilidades

na área do licenciamento da empresa, não foi convocada para estar nessa inspeção. Em fevereiro recebera uma comunicação do Senhor Diretor Geral da Energia, que em resultado dessa inspeção tinha determinado o encerramento da empresa por seis meses, podendo no entanto a mesma, se corrigisse todas as inconformidades, pedir uma inspeção em prazo inferior a este. Entretanto recebera também o relatório feito pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, verificando que o descrito no mesmo era de uma gravidade extrema e percebera assim porque é que o Senhor Diretor Geral da Energia tomara essa decisão, solicitando-se assim a remessa dos restantes relatórios a esta Autarquia referente às entidades que estiveram presentes nessa inspeção. Mais disse que depois da empresa ter sido notificada dessa decisão, mesmo assim, continuou a laborar e só parou quando, por iniciativa da Câmara Municipal, foi denunciado na comunicação social essa situação. Entretanto e passado um mês da sua paragem, apercebera-se que estaria para breve uma segunda inspeção à empresa para verificarem se esta tinha condições para reiniciar a sua laboração, tendo, no seguimento desta suspeita, enviado um ofício no dia 26/04/2021 ao Senhor Diretor Geral da Energia e Geologia, dando-lhe nota, mais uma vez, das nossas preocupações com a empresa e solicitando que quando fosse agendada uma nova inspeção à mesma, deveria o Município ser convocado para integrar a respetiva comissão. No dia 27/04/2021 recebeu uma carta do diretor de serviços desta entidade a informar que a inspeção seria feita no dia 29/04/2021 sem a informação da hora da mesma. No dia 28/04/2021 enviou para o Senhor Diretor Geral uma resposta a esta carta, onde manifestou o seu desagrado pela forma como a Autarquia estava a ser tratada em relação a esta situação e informando que esta iria estar presente no ato inspetivo



assim que este se dignasse informar, em tempo útil, da hora a que a mesma teria lugar, lendo em seguida a carta que foi enviada e á qual não obteve resposta. Foi entretanto informado pelo senhor Diretor Nacional da Autoridade de Emergência e Proteção Civil do ponto de encontro e da hora da mesma, tendo de imediato dado essa indicação ao Chefe da Divisão de Obras, a uma das Juristas do Município e ao Fiscal Municipal para comparecerem e acompanharem esta inspeção. Estes assim o fizeram e irão elaborar o respetivo relatório, ficando a aguardar também o envio dos relatórios das outras entidades envolvidas. -----

----O membro Carlos Gonçalves disse que esta situação era lamentável, informando que houve dois Grupos Parlamentares que fizeram perguntas diretas ao Governo, o Partido Socialista em janeiro e o PSD em março deste ano e nenhum destes grupos parlamentares obteve qualquer resposta do Ministério do Ambiente quando inclusive havia prazos de resposta a cumprir. -----

----10- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º do Regimento; -----

----A senhora Leonor Aragão, começou por deixar uma palavra de agradecimento ao Município pelos esforços e diligências que tem feito para resolver os problemas relacionados com a empresa CENTROLIVA. Em seguida disse que na Ata referente à Sessão da Assembleia Municipal de dezembro de 2020, não constava na mesma, aquando da sua intervenção, que dissera que não fora dada publicidade aos munícipes que nessa sessão haveria a apresentação do Plano Estratégico de Vila Velha de Ródão, pedindo assim a retificação dessa Ata. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que esta Ata já fora apreciada e aprovada pelos membros deste Órgão e mesmo podendo

ter existido algum lapso, não foi com intenção e como tal não aceitava a sugestão de retificação da Ata.-----

---- A Senhora Leonor Aragão respondeu que a questão não estava na ponderação de intenção que estava por trás, mas sim aquilo que fora dito e que não estava escrito.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que uma Ata não era a transcrição "*ipsis verbis*" das intervenções mas sim o resumo claro e conciso das mesmas e como tal, na sua opinião, depois de todos os membros deste Órgão terem votado e aprovado a mesma, não lhe parecia de bom tom solicitar a retificação da Ata.-----

---- A Senhora Leonor Aragão disse que como não era membro deste Órgão não tinha acesso à Ata antes desta ser aprovada, por isso se as pessoas não leram ou não viram, não tinha nada a ver com isso.-

---- O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu dizendo que pelas palavras proferidas pela munícipe, esta estava a por em causa a idoneidade dos membros deste Órgão e achava que isso era uma falta de respeito pelos mesmos.-----

---- A Senhora Leonor Aragão respondeu que não estava a faltar ao respeito a ninguém e sabia bem aquilo que tinha dito, concordando que tinha que ser feito um resumo porque não se conseguia escrever integralmente tudo o que era dito, mas havia coisas que tinham que constar da Ata e a parte da intervenção que referira deveria ter ficado escrita na mesma.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que esse era o entendimento da munícipe e que, como Presidente da Mesa, tem sido bastante condescendente com estas intervenções, tendo lido em seguida o artigo do Regimento deste Órgão que se referia às Intervenções do Público. Mais disse que no fundo, aquilo que se pretendia com a intervenção do público era que os munícipes



apresentassem neste Órgão os problemas da sua vida cotidiana e sugestões que entendessem ser pertinentes para a Câmara Municipal. Em relação à Ata, reforçou que, como já o dissera, esta fora lida e aprovada por unanimidade por todos os membros presentes na Assembleia Municipal e como tal não lhe parecia, com todo o respeito que tinha por todos os munícipes e pela Senhora Leonor Aragão em particular, que se devesse proceder a qualquer alteração à mesma. -----

----A Senhora Leonor Aragão, referiu-se em seguida aos treinos de carros de rali levado a efeito no dia 28/03/2021 nos caminhos da zona do Açafal, dizendo que uma parte daqueles caminhos foram cedidos pelos proprietários das quintas limítrofes para dar acesso a outros caminhos agrícolas, não colocando em causa que estes também estariam disponíveis para servir a população, mas tinha observado pessoalmente que, devido a esta atividade, houvera um ajuntamento com muitas pessoas, tudo sem máscara, no largo da barragem do Açafal, não se conseguindo sequer passar para o outro lado da barragem, o que não lhe parecia correto visto que estávamos em pleno estado de confinamento. Questionou os agentes da GNR presentes no local sobre este facto, ao que lhe foi respondido que esta atividade tinha sido autorizada pela Câmara Municipal. Possivelmente a Autarquia também não estaria à espera que esta situação acontecesse, sendo da opinião que teria que se ter algum cuidado no sentido de que sempre que houvesse alguma atividade do género naqueles caminhos deveriam ser avisadas as pessoas daquela zona. Em seguida e referindo-se à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal numa reunião do Executivo, em que este dissera que havia pessoas que pensavam que o Açafal era uma quintinha privada e que se tratava de uma invasão de propriedade, pelo que

esclarecera que a realização da prova tinha ocorrido num espaço público, respeitando as normas e obviamente, tudo aquilo que tinha que ser tido em conta, fora calculado e cumprido, com a presença das forças de segurança no local. Na sua opinião, sentia-se um pouco discriminada e denotava de certa forma uma falta de respeito, porque o Senhor Presidente do Executivo ao referir-se a uma quintinha, não sabia se este se referia em específico à propriedade da sua família ou a outra qualquer, dizendo que inclusive, já antes de ter sido membro deste Órgão sentia um ligeiro toque de discriminação. Continuou, dizendo que também gostaria de fazer eventos em Vila Velha de Ródão, com pessoas ligadas à área de ciências e gostava de ter a ajuda da Câmara Municipal, mas já se apercebera que não iria ter ajuda nenhuma. Mais disse que na sua opinião, já verificara que havia muita falta de consciência e de inclusão e não tinha nada a ver com a questão partidária.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal interveio, dizendo que até ao momento a munícipe, em relação ao concelho, ainda não tinha feito uma reclamação ou sugestão e apenas tinha feito uma crítica, que era legítima, em relação à realização de um evento com carros de rali.-----

---- O Senhor Rui Mateus começou por cumprimentar todos os presentes, referindo em seguida ao assunto da empresa CENTROLIVA, dizendo que, quando o Grupo Parlamentar do Partido Socialista colocou e bem, algumas questões à Assembleia da República para serem dirigidas ao Senhor Ministro do Ambiente, questionara o Senhor Presidente da Câmara Municipal se quando chegasse a altura de outros partidos políticos fazerem o mesmo se este iria também emitir um comunicado e publicitar o facto nas redes sociais da Autarquia. Entretanto e quando o Senhor Vereador Carlos Faria o



informou numa reunião do Executivo, que o Grupo Parlamentar do PSD também tinha submetido, na Assembleia da Republica, um conjunto de perguntas dirigidas ao Sr. Ministro do Ambiente sobre este assunto, este respondeu que esta diligência já vinha tarde, ou seja, basicamente desprezou esta iniciativa, achando que a atitude do Senhor Presidente da Câmara Municipal fora de mau tom, venha tarde ou cedo, mais valia fazer bem do que não fazer, dever-se-ia sempre elogiar quando era feito. Continuou, dizendo que elogiaria o Senhor Presidente do Executivo se este tivesse comentado com o Senhor Vereador a terceira pergunta constante do documento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD que questionava que apoios técnicos e financeiros existiam para apoiar a regularização de empresas com estas características, deixando a questão se teria que ser o Estado a financiar empresas que nunca se importaram com a população, que tinham lucros, faziam o que faziam e mudavam de nome de quinze em quinze dias e isso sim, apoiava, mas depois de nem sequer fazer um elogio ao Grupo Parlamentar do PSD e fazer uma critica, não achava bem, aproveitando para questionar mais uma vez se o Senhor Presidente da Câmara Municipal concordava ou não com fecho total da CENTROLIVA. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu, dizendo que na intervenção do público não cabia classificar a atitude do Presidente, mas sim a ação do Presidente, ou seja, não era para avaliar o caráter do Presidente da Câmara Municipal. -----

----O Senhor Rui Mateus continuou, referindo-se a uma declaração feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à rádio TSF, há já algum tempo, sobre o problema da poluição emanada pela CENTROLIVA em que a dada altura, referiu que a Autarquia estava a preparar uma ação em tribunal porque estavam cansados do estado em que as coisas

estavam, propondo o encerramento da empresa, questionando que como as coisas pioraram, o que mudara para a Câmara Municipal não propor o encerramento total da empresa e propor, se o empresário fizer obras, coisa que durante vinte anos nunca fizera, poderia continuar a laborar. Mais disse que, na sua opinião, achava estranho que a parte ambiental da Autarquia estivesse incluída numa secção de obras. Em relação à parte cultural, questionou se não seria bom o Município ter no departamento da Cultura um arqueólogo, podendo assim resolver muito dos problemas que tem surgido neste setor. No que respeitava a planos de fixação de jovens, apresentou várias propostas, nomeadamente a ativação ou reativação do Concelho Municipal da Juventude e a execução de um plano de migração, ou seja, analisar o porquê de os jovens migrarem e não se fixarem no concelho. Mais disse que uma vez que existia muita população idosa no nosso território, seria interessante fazer um Plano gerontológico, colocando a hipótese de se criarem condições para se ter umas carrinhas médicas que se deslocariam às várias localidades para efetuar consultas de rotina e as partes primárias de saúde, ou já existindo, que fosse feito com uma maior regularidade. Terminou, deixando uma palavra de homenagem a três beirões que ajudaram a construir a nossa democracia, quer em abril, quer em novembro, que foram o General Ramalho Eanes, o Coronel Vasco Lourenço e o Coronel Rolão.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que em relação ao encerramento ou não da CENTROLIVA deveria colocar essa questão à Direção Geral da Energia que era a entidade que licenciava a empresa e aquilo que a Câmara Municipal tem dito repetidamente era que as empresas em Vila Velha de Ródão tinham que cumprir a Lei e não admitiam que existisse uma empresa que não



cumpria a Lei e as diligências que a Autarquia tem vindo a fazer era no sentido de que essa empresa cumprisse a Lei, se fechava ou não alguém teria que tomar essa decisão mas não era a Câmara Municipal. -----

----Em relação ao facto da secção do Ambiente da Autarquia estar na Divisão de Obras, não via qual a razão dessa estranheza. -----

----Em referência ao facto da Autarquia não ter um arqueólogo nos seus quadros, disse que a Câmara Municipal, tem vindo a trabalhar em estreita colaboração com a Associação de Estudos do Alto Tejo, que tem entre os seus colaboradores técnicos reconhecidos a nível nacional nesta área, existindo também uma carta com o levantamento de todo o património e se havia o conhecimento e a denúncia de alguns incidentes nesta área, em parte, isso era devido ao trabalho destes arqueólogos e ao apoio que a Câmara Municipal tem dado para que esse trabalho se concretizasse. -----

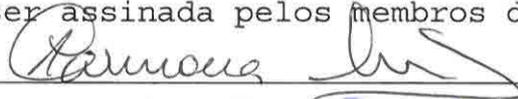
----Quanto aos planos, referiu que concordava com a importância dos mesmos, mas mais importante do que isso era a operacionalização de medidas e neste momento, os jovens tinham à sua disposição um conjunto de apoios para a sua fixação no concelho e o mais relevante era termos capacidade para captar investimentos e criar emprego e isso tem vindo a ser feito. Na área da saúde, para além de existirem postos médicos em todas as freguesias, foi criado um serviço de "saúde+" da Câmara Municipal, que consistia na deslocação de um médico às aldeias, complementando assim o Serviço Nacional de Saúde e que se tornou de extrema importância devido à situação pandémica que estamos a atravessar. -----

----Finalizou, deixando também uma homenagem ao Capitão Vasco Lourenço. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que cabia a todos

nós como autarcas, homenagear todos aqueles que fizeram a revolução de abril, com o contributo que dávamos para solidificar a democracia que eles nos proporcionaram em 25 de abril de 1974 e que na sua opinião, era isso que se tem feito e se iria continuar a fazer na defesa dos interesses de Vila Velha de Ródão e de Portugal.-----

---- Não havendo mais intervenções neste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a presente sessão, às vinte e três horas e dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa.-----



Demónio Aires Dias
Paula Cristina Ribeiro Gonçalves

MOÇÃO

Qualidade da água: o impacto da eutrofização

Mais uma vez fomos confrontados com o rio Ponsul e a albufeira de Cedilho/Tejo internacional completamente verdes, deteriorando a qualidade da água através de um processo de eutrofização.

Este é um processo que ocorre quando um corpo de água recebe uma grande quantidade de efluentes com matéria orgânica enriquecida com minerais e nutrientes, que induzem o crescimento excessivo de algas e plantas aquáticas. Este processo é frequentemente provocado pelo despejo de resíduos líquidos oriundos de atividades de origem humana, sobretudo domésticas e industriais, resultando na descarga de nitratos ou fosfatos presentes em detergentes e, fertilizantes e no seu escoamento para um sistema aquático. Este processo pode resultar na eliminação do oxigênio no sistema aquático após a degradação bacteriana das algas, que uma vez iniciado é difícil de controlar, a menos que uma ação imediata seja implementada.

Águas eutróficas provocam inúmeras perdas na biodiversidade. Não se pode esquecer que a redução da qualidade da água representa um risco significativo para a saúde quer das pessoas quer dos animais, devido ao crescimento explosivo de algas, as quais, uma vez mortas e em processo de decomposição, libertam uma das mais poderosas classes de toxinas conhecidas pelo homem: as cianotoxinas.

Os prejuízos nas hidroelétricas, nas atividades piscatórias e recreativas são de tal modo negativos que provocam grandes perdas económicas.

A eutrofização, sob muitos aspetos, pode ser considerada um reflexo, do modo pouco cuidadoso com o qual a sociedade trata os seus resíduos líquidos, bem como a aplicação de práticas ultrapassadas de uso do solo. Portanto, a sociedade como um todo precisa de ser esclarecida em termos de saúde, meio ambiente e lazer, bem como sobre os custos relacionados com a sua solução. As comunidades, as autoridades, as indústrias, os agricultores e outros membros da sociedade, têm que compreender os princípios

desse processo, os seus efeitos e a sua solução, para que uma ação pró-ativa e cooperativa possa ser desenvolvida a fim de prevenir ou reduzir significativamente o risco dos caudais ficarem poluídos por este processo.

Que futuro?

Como é possível proteger os rios da eutrofização com crescimento da produção industrial e de explorações agrícolas?

É um enorme desafio e não é uma tarefa fácil.

As tecnologias podem resolver problemas associados a esgotos municipais e industriais, mas não conseguem resolver todos os problemas, isto é, eliminar todas as fontes de poluentes.

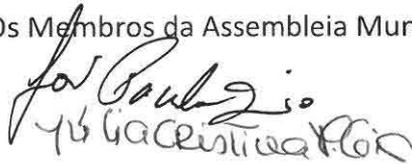
Por isso a cooperação entre a agricultura e a indústria é cada vez mais importante, uma vez que a poluição pode ser reduzida com a aplicação de tecnologias mais limpas. É essencial para o sucesso dessas operações que as ações de prevenção sejam iniciadas o mais cedo possível, assim que os primeiros sinais de mudanças e de degradação ocorram.

O tempo urge!

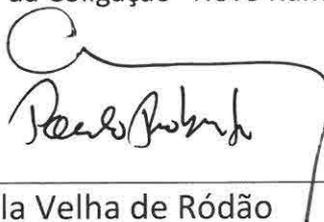
Recomenda-se, pois, à Câmara Municipal que exija à Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa uma atuação com caráter de urgência, por parte da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e da Confederação Hidrográfica do Tejo, de Espanha, com o objetivo de “identificar as origens da poluição e de tomar medidas eficazes que eliminem definitivamente estas ocorrências recorrentes de eutrofização no rio Ponsul e na albufeira de Cedilho/Tejo internacional”.

Vila Velha de Ródão, 30 de abril de 2021

Os Membros da Assembleia Municipal da Coligação “Novo Rumo”



João Gonçalves
Presidente da Assembleia Municipal



Paulo Roberto
Vice-Presidente da Assembleia Municipal

Vila Velha de Ródão



Coesão ou Litoralização

Somos um País profundamente assimétrico, onde apesar das preocupações expressas na quase totalidade dos discursos, a coesão territorial teima em não sair do papel.

Por mais Ministérios que se criem com as mais inovadoras designações, nós, cidadãos dos eufemisticamente designados territórios de baixa densidade, já interiorizamos de há muito tempo a esta parte, que o único poder que verdadeiramente combate os desequilíbrios, promove a coesão social e fomenta o desenvolvimento económico, é o Poder local, já que pela sua proximidade e escrutínio praticamente diário, tem a capacidade única de resolver os problemas das pessoas, perdoem a imagem, de tratar a árvore em particular sem deixar de cuidar da floresta como um todo. A isto sim, é justo chamar-se Coesão.

Soubemos por estes dias que, para nós Beira Interior, a famigerada e celeberrima Bazuca, apenas tem pólvora seca e uma vez mais o projecto estratégico do IC 31, símbolo maior das aspirações do Distrito de Castelo Branco e de toda uma região, merecedor de um amplo consenso caiu com estrondo, como caiu por exemplo o ancestral projecto da barragem do Alvito, inúmeras vezes prometida e outras tantas adiada.

Nada que nos espante muito, até pelo antecedentes na postura dos diversos Governos centrais em relação à região, apenas alterada com duas excepções. Uma no Governo do Eng^o Guterres com a conclusão da totalidade da A23, na vertente de Scutt, promovendo assim a discriminação positiva, mas que não descansaram enquanto não lhe



aplicaram luxuosas portagens transformando-a numa das auto-estradas mais caras da Europa, a par da A 25, por sinal também no interior, mandando literalmente às malvas a referida discriminação positiva.

A outra excepção prende-se com a electrificação da linha da Beira Baixa e a instalação da Faculdade de Medicina na Universidade da Beira Interior na Cidade da Covilhã, no Governo do Eng.º José Sócrates.

Após quarenta e sete anos de Democracia durante os quais se encheram páginas e páginas de jornais, incontáveis discursos virados para os problemas do interior, onde a equidade e a coesão nunca passaram de processos de intenções, permitindo assim que o fenómeno da litoralização fosse fomentando a desertificação desse mesmo interior de forma brutal e irreparável, apenas minimizada pela acção os vários Municípios, assente na resiliência dos seus Autarcas.

A nossa revolta e indignação resumem-se a escassos trinta e cinco quilómetros de estrada, mas que teriam na economia da região em particular, e na do País como um todo, um impacto muitíssimo significativo.

Todos os actores Políticos locais e Nacionais sabem da sua importância, sabem que é essencial para nos aproximar do centro da Europa, reconhecem os benefícios da sua construção, mas é certo e sabido que mais uma vez não sairá do papel... a não ser para ser utilizado quando for de conveniência política, vulgo, eleições.

Somos pessoas responsáveis e de bem, podemos até compreender que não é possível fazer tudo em todo o lado, aquilo que não podemos aceitar é o abandono das nossas gentes como sendo uma mera fatalidade, isso não aceitaremos, nem compreenderemos.



Como compreender que, ao mesmo tempo que se retira do plano de recuperação e resiliência o IC 31, obra estruturante para a circulação de pessoas e bens de, e para a Europa, se anuncie a sétima travessia sobre o Rio Douro, entre trânsito rodoviário e ferroviário, numa distância em linha recta inferior a cinco quilómetros?

Como compreender que, ao mesmo tempo que se retira do plano de recuperação e resiliência o IC 31, seja anunciado o investimento de centenas de milhões de euros para o metropolitano de Lisboa, cidade onde já só falta pagar aos utentes para utilizarem os transportes públicos, dadas as descidas conhecidas dos preços, enquanto, por exemplo, no Concelho de Vila Velha de Ródão um estudante do ensino Secundário pagaria cerca de cem euros pelo seu passe para Castelo Branco, não fosse o auxílio da Autarquia?

Como compreender a criação de um Ministério da Coesão com pompa e circunstância quando, num momento em que Portugal se prepara para receber dinheiro como nunca, muito dele a fundo perdido, e continuamos a dar primazia à litoralização do País? Afinal para que serve este Ministério?

Como compreender que nos queiram convencer que um dia farão com recursos nacionais, via Orçamento de Estado, aquilo que hoje não farão com fundos Europeus? Por quem nos tomam?



Na última campanha eleitoral todos ouvimos o actual Primeiro-ministro clamar alto e bom som na defesa das virtudes do IC 31, genuinamente, das suas enormes vantagens, utilizando a expressão, e passamos a citar" **Representa a aproximação do nosso interior ao centro da Europa**", fim de citação, garantindo mesmo, perante os presentes e o País que tal seria uma realidade nesta legislatura...

O País continua a chamar-se Portugal, o interior continua aqui ansioso, o centro da Europa continua distante, o Governo saído dessas eleições continua a ser liderado por António Costa, a única coisa que muda são as circunstâncias temporais e políticas...

Perante tudo isto, como devemos pois considerar a famosa expressão:

"A Palavra dada, palavra honrada"?

Terminamos com a resiliência que caracteriza os Beirões, plasmada numa linda frase de Sophia de Mello Breyner Andersen

"Vemos, ouvimos e lemos... mas não calamos."

Subscritores:

Armando
F. Louro José
Amirley
Luis
Benedito